



## TEORIA DA SUBJETIVIDADE E RESILIÊNCIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Augusto P. Albuquerque<sup>1</sup>  
Albertina Mitjás Martínez<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho visa apresentar como a Teoria da Subjetividade de González Rey analisa o significado do termo “Resiliência” e propõe a utilização dos conceitos de sentidos subjetivos, subjetividade individual, sujeito e subjetividade social para uma compreensão mais profunda dos aspectos envolvidos na expressão dos indivíduos “resilientes”, assim como dos desafios da sua formação.

**Palavras-chave:** Resiliência. Sentido subjetivo. Subjetividade.

### ABSTRACT

This study aims to present how the Theory of Subjectivity of González Rey analyzes the meaning the term "Resilience" and proposes the use of the subjective senses, individual subjectivity, subject and social subjectivity for a deeper comprehension of the involved in the expression of the “resilient” individuals, as well as the challenges of their formation.

**Keywords:** Resilience. Subjective sense. Subjectivity.

### INTRODUÇÃO

Dentro do cenário atual, repleto de exemplos de crises e de situações de difícil superação, encontramos pessoas ou grupos que conseguem enfrentar dificuldades, desafios e até tragédias, sem ter a desesperança como única alternativa. Ao contrário, em muitos casos, as pessoas saem de situações desfavoráveis e estressoras mais fortalecidas e mais resistentes. Esse fenômeno tem sido estudado sob o conceito de Resiliência, por vários autores da Psicologia, como: Yunes e Szymanki

<sup>1</sup> Graduado em Psicologia e Educação Física e mestre em Educação pela Universidade de Brasília, professor da Secretaria de Estado de Educação do DF.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Psicológicas pela Universidade de Havana, Cuba. Pesquisadora colaboradora da Universidade de Brasília e professora permanente do programa de Pós-graduação em Educação.



(2001); Mendanha Brandão, Mahfoud e Gianordoli-Nascimento (2011); Luthar (2000); Grotberg (2005), dentre outros estudiosos.

O termo “Resiliência”, apesar de oferecer uma definição que identifica esse tipo de pessoa que suporta a adversidade e a supera, tonando-se mais fortalecida, pode ser considerado um termo simplista, à medida que é meramente descritivo e não consegue explicar as relações complexas que nos permitem compreender melhor como os indivíduos se tornam resilientes. A Teoria da Subjetividade, proposta por González Rey (1996, 2003, 2005, 2007, 2011, 2017) e utilizada nesse estudo, representa uma alternativa importante de análise sobre o tema, em função da sua característica complexa e dialética, que descarta a relação causa e efeito como uma possibilidade de explicação suficiente para entender fenômenos tão ricos e de difícil análise, como a expressão resiliente dos atores sociais. Dentro da Teoria da Subjetividade, os conceitos de sentidos subjetivos, sujeito, subjetividade individual e social possibilitam analisar, com maior profundidade, como o comportamento resiliente se configura na vida de um indivíduo ou de um grupo social (MARTÍNEZ; REY, 2017), permitindo enfrentar, com mais recursos, os desafios existentes na formação da resiliência.

O tema da resiliência tem suscitado inúmeros estudos desde a década de 1970/1980, na Inglaterra e Estados Unidos, quando os pesquisadores procuravam entender quais eram as características das pessoas envolvidas nesse contexto, que as permitiam tolerar e sobreviver a situações adversas e com alto grau de fatores de risco por um tempo (como os estudos feitos com crianças em condições de vulnerabilidade psicossocial), até conseguirem resolver esse conflito de forma construtiva (INFANTE, 2005).

No Brasil, os primeiros estudos, segundo Mendanha Brandão, Mahfoud e Gianordoli-Nascimento (2011), são do início dos anos 1990 e trazem algumas diferenças na concepção do conceito, pois o enfoque das pesquisas visava entender como o ambiente social aparecia para oferecer resposta aos problemas do indivíduo, tornando-o resiliente. Yunes e Szymanski (2001) demonstram acordo com essa tendência, menos individualista e mais contextual, quando chamam a atenção para o perigo de creditar a capacidade resiliente de uma pessoa apenas às suas características individuais, sob o risco de se cair em um processo de rotulação de sucesso e fracasso com relação à resiliência.

Ainda tratando sobre o conceito, a pesquisadora americana, Luthar (2000, p. 02) oferece uma interessante definição de Resiliência, quando afirma que: “A resiliência é um processo



dinâmico no qual os indivíduos apresentam adaptação positiva apesar das experiências de adversidade ou trauma significante”. Essa mesma autora aponta que existem nesse constructo dois pilares que precisam ser explorados, o constructo de “Adversidade” e o de “Adaptação positiva”.

## O FENÔMENO DA RESILIÊNCIA COMO ATRIBUTO DESENVOLVIMENTAL

Diferentes pesquisadores sobre o tema, no Brasil e no exterior, apresentam pequenas diferenças na concepção do que é a Resiliência, apesar de poder se considerar que, de forma geral, atualmente existe uma noção mais abrangente que procura olhar para aspectos pessoais, familiares e ambientais, ligados aos fatores de risco e de proteção. Uma preocupação latente nos trabalhos mais atuais é deixar clara a noção de que a Resiliência não é adquirida pela genética, mas sim aprendida de diferentes maneiras, o que implica dizer que programas educacionais podem ser capazes de formar essa capacidade resiliente nos indivíduos e nos grupos.

Mesmo com todo esse cenário favorável para a pesquisa e para a formação da Resiliência, muitos questionamentos são legítimos, uma vez que as estratégias de investigação sobre o tema não conseguem oferecer explicações esclarecedoras sobre as razões para se ter, dentro de um mesmo ambiente marcado por fatores de proteção e propício para a formação da resiliência, um indivíduo que desenvolve sua resiliência e outro que não.

Nos anos 2000, Grotberg (2006) criou, com a convicção de que a Resiliência pode ser desenvolvida, os cinco pilares da Resiliência: “Confiança, Autonomia, Iniciativa, Aplicação e Identidade”. Esse modelo dos cinco pilares inspira programas que procuram promover essas qualidades nas pessoas, a fim de torná-las resilientes, partindo do pressuposto que a cognição pode mudar as crenças e, assim, o comportamento. Da mesma forma, os pilares da Resiliência descrevem qualidades que convergem para um comportamento resiliente, porém, como explicar que uma pessoa com essas características apresente uma boa capacidade resiliente em um evento estressante como, por exemplo, em um sequestro relâmpago, mas não consiga lidar com o fato do filho ter sido descoberto como um criminoso pelas autoridades e estar encarcerado ou até outro fato, como a perda do próprio emprego?

Essas são situações hipotéticas, mas não impossíveis, que apenas indicam uma fragilidade no tipo de abordagem psicológica para tratar do tema, na qual o caráter descritivo é preponderante e a relação de causa e efeito é o pano de fundo para o planejamento dos programas. Em outras



palavras, se você encontrar ou formar alguém confiante, com uma boa autoestima, iniciativa, capacidade de aplicação e com uma identidade segura, você encontrou alguém resiliente. Essa lógica apresentada, apesar de poder gerar bons resultados aleatoriamente, pauta-se em uma relação direta e superficial, que desconsidera o momento atual de vida do indivíduo e a complexa e contraditória rede simbólico emocional que permeia a vida humana.

## **A RESILIÊNCIA SEGUNDO A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL DA SUBJETIVIDADE**

A Teoria Histórico-Cultural da Subjetividade, elaborada por González Rey (1996, 2003, 2005, 2007, 2011, 2017) e apresentada também por Mitjans Martínez (2004, 2005, 2008, 2017), oferece, antes de tudo, uma compreensão distinta sobre a subjetividade, que aqui não é considerada como aquele termo que constantemente ocupa os discursos que procuram mostrar a obscuridade de pensamentos e sentimentos que ocupam a mente humana e os sentidos que o indivíduo dá a cada fato do seu dia a dia, como algo estritamente interno.

Para González Rey, a subjetividade se refere “às formas complexas em que o psicológico se organiza e funciona no indivíduo, cultural e historicamente constituído e nos espaços sociais da sua prática e modo de vida” (REY, 2005, p. 95). Para o autor, a subjetividade intervém ativamente no processo da ação humana, a partir dos sentidos subjetivos que os indivíduos ou grupos produzem nos diferentes momentos de vida, em virtude das suas histórias, do seu contexto social e de como vivem aquela determinada experiência. Os sentidos subjetivos que o indivíduo produz nas suas atividades e relações expressam sua história de vida.

Essas expressões do indivíduo se apoiam em configurações subjetivas que, de acordo com González Rey e Mitjans Martínez (2017, p. 63), são “uma formação autogeradora, que surge no fluxo diverso dos sentidos subjetivos, produzindo, de seu caráter gerador, grupos convergentes de sentidos subjetivos que se expressam nos estados subjetivos mais estáveis dos indivíduos no curso de sua experiência.” Isso significa, por exemplo, que os fatores de proteção ligados à família só podem ser considerados assim pelo indivíduo, caso a sua configuração subjetiva da família esteja associada a sentidos subjetivos que expressem o ambiente familiar como um espaço de segurança e diálogo e se nas suas ações e relações, nesse âmbito, produza sentidos subjetivos dominantes nessa direção.

Mesmo se considerarmos a família como um importante fator de proteção para se trabalhar em prol da resiliência, ela será vivida assim apenas para aquele que na sua experiência de vida



particular configurou sentidos subjetivos nesse caminho. Mesmo assim, esses sentidos subjetivos que produzem uma configuração subjetiva da família como fator de proteção apresentam uma versatilidade, ou seja, podem variar de acordo com as novas experiências concretas desse indivíduo no contexto familiar. Sobre essa questão, González Rey (2003) considera que as produções de sentidos subjetivos não seguem nenhuma lógica externa ao sistema individual em que foi produzido e nunca representam entidades fixas. Os sentidos subjetivos são unidades simbólico-emocionais, que se integram desde a sua gênese e, por isso, são considerados como a unidade elementar, dinâmica e versátil da subjetividade, que na sua integração e fluxo contínuo, geram as configurações subjetivas. (REY; MARTÍNEZ, 2017, p. 63).

O estudo sobre os sentidos subjetivos e as configurações subjetivas trata da experiência de indivíduos e grupos nos seus contextos de vida, no qual o social e o individual se constituem mutuamente. Essa articulação dinâmica e interdependente configura a Subjetividade individual e a Subjetividade social e o aprofundamento nessas categorias propostas pela Teoria da Subjetividade, permite entender melhor como elas se integram em algo indissociável que não permite mais considerar o dentro e o fora do indivíduo. Segundo González Rey (2003), a subjetividade individual se constitui pela história particular do indivíduo e pelos sentidos subjetivos que são produzidos nas experiências que vive.

Por isso, não se pode afirmar que um filho de marginais que é criado no subúrbio, sob condições de pobreza econômica e educacional e rodeado de ações ilegais que tragam vantagens materiais à família, se tornará um marginal, pois a despeito de todo contexto histórico presente, que podemos considerar como fatores de risco, sua postura resiliente será o resultante dos sentidos subjetivos que ele produz nesse contexto (que representa apenas uma parte da sua vida) e da sua ação em relação a essa realidade (que também é geradora de sentidos). Esses sentidos subjetivos podem ter a sua gênese em outros espaços sociais e em sistemas de relações diversos. Tal indivíduo pode, portanto, rejeitar o que lhe está supostamente “determinado” pelas condições concretas e agir de maneira resiliente, com honestidade e integridade e com princípios morais divergentes da maioria das pessoas que o cercam.

Vale lembrar que o fato de se ter uma personalidade marcada pela busca da integridade não a reduz a isso, pois não torna o indivíduo incorruptível a todos acontecimentos e relações, uma vez que essa postura depende dos sentidos subjetivos que ele produz a cada instante da sua existência e dentro de cada espaço social que ele participa (ALBUQUERQUE, 2005).



Esse exemplo descrito acima poderia se encaixar como uma construção da resiliência dentro do olhar de uma investigação psicológica de base positivista, mas a explicação para o fenômeno, provavelmente seria dada na capacidade desse filho de marginais de resistir às pressões do meio em função da sua força de vontade, sua autonomia, sua iniciativa e sua energia para afirmar sua identidade diversa do seu contexto. Entretanto, essa explicação se pauta de novo na descrição de atributos pessoais que não esclarecem de fato, como se deu esse processo.

Na análise, sob a ótica da Teoria da Subjetividade, a explicação para tal fenômeno, que culmina em um comportamento resiliente, só poderia ser encontrada em uma investigação baseada na relação dialógica entre investigador e investigado e na análise construtivo-interpretativa da informação, a qual rompe com a neutralidade e transforma o tradicional momento de registro ou coleta de dados em momentos de produção teórica do pesquisador ou do profissional. Os sentidos subjetivos construídos nesse processo, proposto pela Epistemologia Qualitativa, iriam se integrar em configurações subjetivas singulares, que caracterizariam a subjetividade individual desse filho de marginais que se mostrou resiliente, sempre em estreita e indissociável relação com a subjetividade social.

Para tentar esclarecer melhor o conceito de subjetividade social, podemos pensar que ele aponta para a dimensão subjetiva dos espaços sociais que os indivíduos atuam. Em outras palavras, a subjetividade social serve para caracterizar os processos de produção e de organização dos sentidos subjetivos produzidos pelas relações que estabelecem os indivíduos nos espaços sociais, que por sua vez participam das subjetividades individuais.

Para Rey (2003, p. 119)

O social, portanto, representa de forma permanente uma combinação dialética entre o externo e o interno: é externo, pois o social como forma da realidade não se esgota naqueles aspectos que têm uma significação para o sujeito individual; e é interno, porque sua significação sempre vai depender de um processo de constituição de sentido, no qual o interno e o externo perdem sua condição como antônimos e se integram em uma complexa relação dialética dentro de sua definição subjetiva.

A partir dessa argumentação de González Rey, que integra o social e o individual, pode-se compreender a subjetividade de maneira mais completa e perceptível, sem a fragmentação que costuma pontuá-la como algo incompreensível.



O uso inadequado do termo subjetividade como uma “válvula de escape”, por incorporar tudo o que não se pode entender e que está sempre dentro do indivíduo, limita a investigação sobre tal léxico, por exemplo, como o comportamento resiliente do caso descrito anteriormente (do filho de marginais), que acontece mesmo envolvendo muitos fatores de risco e nenhum de proteção ou, pensando em um exemplo oposto, como o comportamento de alguém que não consegue lidar com as adversidades (não resiliente), o que acontece dentro de um ambiente favorável ao desenvolvimento da resiliência e na ausência de fatores de risco perceptíveis. Para uma Psicologia de origem positivista, essas explicações acabariam descrevendo características de alguém resiliente ou não, utilizando, talvez, o termo subjetividade para apontar para questões desconhecidas dentro da psique dessa pessoa, o que justificariam um comportamento inesperado em relação à resiliência.

A proposta do olhar a partir do referencial da Teoria da Subjetividade representa um salto qualitativo marcante para a psicologia ou para os estudos que possuam algum cunho social, pois permite que o “pesquisador ou profissional possa ir construindo os sentidos subjetivos associados às diferentes configurações subjetivas sobre as quais se apoia o comportamento resiliente.” (MARTÍNEZ; REY, 2017, p. 65). Para a Teoria da Subjetividade não é possível corroborar com a ideia que uma influência externa, como um programa para o desenvolvimento da resiliência, atue diretamente sobre a ação do indivíduo, tornando-o resiliente. A compreensão segue no caminho de que só é possível uma influência a partir da subjetivação que se dá no processo e que leva em estreita consideração a história de vida do indivíduo, suas experiências e uma complexa rede de eventos e relações sociais que compõem o momento atual de sua ação. González Rey e Mitjans Martínez (2017) apresentam um exemplo interessante de pesquisa realizada, que mostra como uma mulher (representada pela abreviação S.R.) enfrenta o câncer de mama.

A investigação pautada na Epistemologia Qualitativa, revela que na construção de

configuração subjetiva de viver a doença, aparecem sentidos subjetivos relacionados à família, às amigas, aos processos de vida de seu cotidiano, e também sentidos subjetivos associados ao orgulho de si mesma, pela forma de se posicionar nesta experiência, o qual é importante para explicar como a doença passa a gerar sentidos subjetivos associados à sua identidade pessoal que lhe permitem integrá-la a seu sentir como pessoa. (REY; MARTÍNEZ, 2017, p. 127)

Em suma, pode-se apenas dizer que S.R. demonstrou uma boa capacidade resiliente diante do diagnóstico e luta contra o câncer e deve-se apontar que isso foi possível graças à rede de apoio



familiar e social e à sua forte autonomia e identidade. Porém, os meandros de como ela realmente viveu a experiência deixam de fora sua subjetividade e ficam limitadas a essas categorias universais, que não conseguem revelar, por exemplo, como a própria forma de se posicionar diante da doença após receber o diagnóstico, o que gerou sentidos subjetivos que fortaleceram seu enfrentamento.

Esse tipo de elemento não pode ser dado em uma análise sobre os fatores de proteção e de risco, de maneira superficial e mecanicista. Apenas o tipo de pesquisa sobre a subjetividade, proposta aqui, pode revelar os indicadores que se configuraram para esse comportamento de superação às adversidades da vida, como um câncer de mama. Como afirma González Rey (2011, p. 67):

A configuração subjetiva auxilia a fazer uma representação viva e complexa de um sujeito psicológico que produz, posiciona-se e se prepara para o inesperado. Este conceito ajuda, por um lado, na superação da dissecação do “vivo” que acontece quando a pessoa é encaixada em perfis universais e, por outro lado, nos permite superar a forma unilateral em que se apresentam os processos psicológicos da pessoa como se estivessem sujeitados apenas pela condição da doença.

Além desse aspecto da Teoria da Subjetividade, que permite uma investigação mais profunda a partir dos sentidos subjetivos, a intervenção, baseada nessa ótica, também representa um diferencial importante para o trabalho com a resiliência. Pensando na intervenção, os conceitos de Subjetividade Social e Sujeito aparecem como fatores relevantes que merecem um destaque nesse texto.

Em relação à subjetividade social, a compreensão dos seus principais elementos constitutivos dentro de uma instituição como uma Apae pode, por exemplo, abrir possibilidades para uma atuação que contribua para desenvolver as subjetividades individuais de docentes, funcionários e alunos, em busca da formação de sujeitos ativos, que têm melhores condições de enfrentamento às dificuldades. Compreender as configurações subjetivas da instituição em questão, que formam a sua subjetividade social, permite construir indicadores que revelem fatores que favorecem e dificultam a capacidade de resistir às adversidades e de produzir soluções enriquecedoras.



De acordo com Mitjás Martínez (2005, p. 106), ao se investigar a subjetividade social da escola (que vale da mesma maneira para uma instituição como a Apae), procura-se entender como ela

[...] se expressa na configuração das concepções, sentidos, crenças e valores que caracterizam a escola como espaço social, guardando uma articulada inter-relação com as subjetividades individuais dos indivíduos que constituem esse espaço social, os quais participam de sua constituição e, simultaneamente, se constituem nela.

Da mesma forma que é possível construir indicadores que apontam para a subjetividade social de uma instituição por uma pesquisa, é possível trabalhar com essa subjetividade, com projetos ou programas que visem à transformação das concepções, sentidos, crenças e valores desse espaço social, sem perder a noção que outros espaços sociais também exercem influência nessa instituição. Em outras palavras, demais manifestações da subjetividade social de outros âmbitos (como o âmbito regional e nacional da educação) participam de configurações subjetivas dos indivíduos, em uma relação de recursividade.

Podemos citar como exemplo de um projeto, uma ação que esteja planejada para trabalhar na transformação de uma concepção limitante em relação à capacidade de aprendizagem das pessoas com deficiência que frequentam uma Apae, almejando gerar uma postura mais ativa por parte dos alunos e melhorar sua autoestima pelas configurações de sentido ligadas à sensação de capacidade dos discentes.

Em relação ao conceito de sujeito, a Teoria da Subjetividade marca uma diferenciação quanto ao que esse conceito significa: “Por sua vez, o conceito de sujeito representa aquele que abre uma via própria de subjetivação, que transcende o espaço social normativo dentro do qual suas experiências acontecem, exercendo opções criativas no decorrer delas, que podem ou não se expressar na ação.” (REY; MARTÍNEZ, 2017, p. 73). Para os autores, o sujeito é uma pessoa pensante, ativa, emotiva, que se posiciona ante o que se coloca a sua frente, de acordo com os sentidos subjetivos que produz no curso de cada atividade de que ele participa.

Esses sentidos subjetivos que são produzidos, não seguem nenhuma lógica externa ao sistema individual em que foi elaborado e, por isso, ele se expressa de maneira singular no sujeito concreto. A partir dessa concepção, um projeto que vise desenvolver a resiliência, não pode se ocupar em criar influências externas para promover a autoestima, a iniciativa, a capacidade de aplicação de propostas sem considerar o papel ativo do público alvo dessa formação.



O trabalho parte da investigação sobre a subjetividade individual e social, que já é mantida por uma postura de considerar as pessoas envolvidas no processo como sujeitos que podem e devem se posicionar diante das suas questões, refletindo, tomando decisões e criando alternativas para o enfrentamento das suas dificuldades cotidianas.

Para González Rey, “o sujeito emerge sempre como possibilidade de produção de sentidos subjetivos comprometidos em uma ação que constitui um campo de subjetivação singular em um espaço da subjetividade social”. (REY, 2007, p. 162). O sujeito representa, de acordo com o autor, “um momento permanente de integração entre a subjetividade social e a individual” (REY, 1996, p. 108). À medida que o sujeito, expressando esse posicionamento ativo e reflexivo, gera novos sentidos subjetivos que abrem novos processos de subjetivação, que por sua vez enriquecem seu repertório para lidar com as vicissitudes da vida, culmina-se em um comportamento potencialmente resiliente.

Dito de outra forma, um projeto visando desenvolver uma atitude resiliente de um grupo de pessoas, a partir da Teoria da Subjetividade, irá investigar aspectos da subjetividade social e individual e propor oficinas que abordem o tema da resiliência a partir dos sentidos subjetivos dos indivíduos. Além disso, o trato com o público-alvo acontece, considerando o potencial de emergência dos sujeitos de se manifestarem de maneira ativa, reflexiva e criativa, a fim de construir novas concepções e crenças sobre os seus comportamentos de enfrentamento às situações adversas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Resiliência identifica pessoas capazes de lidar com as adversidades, de tolerar o sofrimento e de encontrar soluções que as tornem mais enriquecidas. Esse é certamente um sinal de saúde psíquica, que chama a atenção e que merece estudos aprofundados sobre o tema. Entretanto, o termo resiliência apenas descreve esse tipo de comportamento e muitos estudiosos da temática não conseguem esclarecer isso se configura, oferecendo explicações insuficientes que não atingem a complexidade de tal fenômeno.



A Teoria da Subjetividade não se coloca como uma panaceia para a compreensão de questões desse nível, apenas se posiciona como um referencial integrador, que busca a compreensão de fenômenos complexos da vida humana, mas que muitas vezes são tratados de maneira fragmentada ou reducionista, características da herança de uma ciência positivista. Ao tomar essa posição crítica e propositiva, a Teoria da Subjetividade assume um papel de vanguarda na busca de novas e mais complexas formas de compreensão do funcionamento humano.

Os conceitos de sentidos subjetivos, configurações subjetivas, subjetividade individual, subjetividade social e sujeito formam um sistema de categorias forjado para a compreensão das complexas expressões do ser humano (MARTÍNEZ, 2008). Sua crítica a outros modelos teóricos se coloca quando se depara com uma simplificação do que não pode ser reduzido a partes, sob a pena de excluir exatamente a complexidade que deveria se ter como norte na investigação psicológica.

Compreender os sujeitos que expressam um comportamento resiliente, requer uma análise sobre suas configurações subjetivas, que são singulares e formadas por uma rede diversa de elementos subjetivados. O desafio no trabalho para a formação da resiliência, sob a ótica da Teoria da Subjetividade, passa pela compreensão de que não existe uma relação direta entre as propostas formativas e os resultados desejados, em função da própria complexidade da subjetividade. Contudo, oficinas voltadas para a valorização da atuação dos sujeitos envolvidos, de forma reflexiva, crítica e criativa, tendem a gerar sujeitos mais preparados para enfrentar os desafios que a vida lhes impõe com um comportamento resiliente.



## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A.P. **A subjetividade social de uma escola inclusiva**: um estudo de caso. 2005.148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.
- BRANDÃO, J. MENDANHA; MAHFOUD, M.; GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F. A construção do conceito de resiliência em psicologia: discutindo as origens. **Paidéia**, v. 21, n. 49, ago. 2011. p. 263-271.
- GONZÁLEZ REY, F. La cuestión de la subjetividad en un marco histórico-cultural. **Doxa**. São Paulo, ano 4, v. 4, n. 1, p. 87-117, jan./jun. 1996.
- GONZÁLEZ REY, F. **Sujeito e Subjetividade**: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- GONZÁLEZ REY, F. O Valor Heurístico da Subjetividade na Investigação Psicológica. In: González Rey, F. **Subjetividade, Complexidade e Pesquisa em Psicologia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. p. 27-52
- GONZÁLEZ REY, F. **Psicoterapia, Subjetividade e Pós-Modernidade**. São Paulo: Cengage, 2007.
- GONZÁLEZ REY, F. L.; MITJÁNS MARTINEZ, A. **Subjetividade**: teoria, epistemologia e método. Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.
- GROTBERG, E. H. Introdução: Novas tendências em resiliência. In: MELILLO, A; OJEDA, E. N. S. (et al.). **Resiliência**: descobrindo as próprias fortalezas. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 15-22.
- GROTBERG, E. H. (org.). **La resiliencia en el mundo de hoy**: como superar las adversidades. Barcelona: Gedisa, 2006.
- INFANTE, F. A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente. In: MELILLO, A. (et al.). **Resiliência**: descobrindo as próprias fortalezas. Porto Alegre: Artmed, 2005. 160 p
- LUTHAR, S. S.; CICCETTI, D. [The construct of resilience: Implications for interventions and social policies](#). **Development Psychopathology**, Columbia, v. 12, n. 4, p. 857–885, jan, 2000.
- MARTÍNEZ, A. MITJÁNS. O Outro e sua significação para a Criatividade: Implicações Educacionais. In: MARTÍNEZ, A. MITJÁNS; SIMÃO, L. M. (orgs.). **O Outro no desenvolvimento humano**: diálogos para a pesquisa e a prática profissional em psicologia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. p. 77-100.
- MARTÍNEZ, A. MITJÁNS. A Inclusão escolar. Desafio para o psicólogo. In: MITJÁNS MARTÍNEZ, A. (org.). **Psicologia Escolar e Compromisso Social**: Novos discursos, Novas Práticas. Campinas: Alínea, 2005



MARTÍNEZ, A. MITJÁNS. **Subjetividad, complejidad y educación.** *Psicología para América Latina*, Cidade do México, n. 13, 2008. Disponível em <http://www.psicolatina.org/13/subjetividad.html>. Acesso em: 10 out. 2017.

MARTINEZ, A. MITJÁNS; REY, F. L. GONZÁLEZ. **Psicologia, Educação e Aprendizagem Escolar:** avançando na contribuição da leitura cultural-histórica. São Paulo: Cortez, 2017.

REY, F. GONZÁLEZ. Os aspectos subjetivos no desenvolvimento de crianças com necessidades especiais. *In: MARTINEZ, A. Mitjás; TACCA, M. C. V. R. (Orgs.). Possibilidades de aprendizagem:* ações pedagógicas para alunos com dificuldade e deficiência. Campinas: Alínea, 2011. p. 47-70. v. 1.

YUNES, M. A. M.; SZYMANSKI, H. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. *In: TAVARES, J. (org). Resiliência e Educação.* São Paulo: Cortez, 2001. p. 13-42.